

# Clipping CARF

Matérias de jornais, sites e blogs que mencionam o CARF

**19/09/2015**

O Estado de S.Paulo

**Coluna - Sonia Racy**

O Estado de S. Paulo - 19/09/2015

DIRETO DA FONTE

**Brasil, come home**

Há 22 anos atuando na política externa americana, dois deles como conselheiro político em Brasília, Ricardo Zuniga assumiu a cadeira de cônsul dos EUA em São Paulo com três prioridades na agenda. Uma, lutar para simplificar a concessão de vistos. Outra, aumentar o intercâmbio cultural. Terceira, ampliar o comércio. Ele considera "underperforming", ou seja, muito abaixo do ideal, o atual volume de trocas, em torno dos US\$ 100 bilhões. Habilidade para a missão não lhe falta. Entre outras coisas, ele ajudou a negociar, nos últimos anos, a reaproximação de Cuba com os Estados Unidos.

Zuniga se diz otimista ao perceber "a visão global de muitas empresas brasileiras", que mudaram o enfoque da economia interna para um modelo exportador - mas sem esquecer do custo Brasil. E a questão dos vistos, ressalta, não é só de imigração, mas de segurança. Nesta entrevista à coluna, ele afirma: o Congresso de lá "tem papel decisivo no assunto, e não gosta da ideia de se baixar a guarda" quanto à segurança nacional.

Quais considera os maiores desafios de sua missão? O importante é avançar a relação, concretizar o que sinalizaram os presidentes Obama e Dilma Rousseff em junho. No consulado, vejo três temas importantes. O processo dos vistos precisa tornar-se rápido e flexível. Temos de elevar o intercâmbio cultural - Brasil e EUA são duas potências no soft power.

E a terceira missão? É o comércio. Que acho mais importante que nunca, pois queremos incrementar. O potencial é bem mais elevado que os atuais US\$ 100 bilhões. O papel do Brasil na economia dos EUA vem crescendo de forma notável, pelos investimentos de empresas brasileiras. E elas têm uma visão global, com um enfoque que já está passando da economia interna para outra, bem diferente, de país exportador.

Acha que o Brasil é um país fechado? Vejo que elementos do modelo industrial brasileiro estão mudando para um outro, bem mais aberto, com multinacionais de presença global. Para tanto, a prioridade tem de ser na produtividade. E, claro, com isso o modelo tem de ter mais fluidez, para dentro e para fora.

Empresários brasileiros falam de dificuldades, de "barreiras invisíveis" para se entrar lá. Isso pode ser discutido também? O setor privado de ambos os lados pode acionar os governos para eliminar qualquer barreira técnica que exista. O ponto essencial é que a aposta dos EUA no mercado do Brasil é fundamental. Estamos apostando no Brasil. É isso. Fala-se muito do custo Brasil, mas se fala disso também em qualquer outro país. Precisamos buscar formas de reduzir esse custo, o que está relacionado diretamente com produtividade. O país tem de ganhar é na produtividade, para ser exportador e ter uma economia balanceada. E o custo do trabalho é diferente em diferentes áreas, sabemos.

Que tipo de cenário imagina para o futuro dessa relação? Para nós, o alvo é duplicar o intercâmbio entre os dois países. Queremos um mercado ativo, forte, para o qual os EUA possam vender, e serem igualmente um bom mercado. O caso da Embraer é marcante. A maior parte de suas vendas é no mercado americano e a relação é ótima, eles têm uma parceria com a Boeing. A GM vai fazer investimentos fortes aqui. A GE mantém centro de pesquisa. Tudo isso é um ciclo longo, mas o relacionamento é que importa.

E os vistos, não havia um plano de acabar com eles? Isso é um assunto no longo prazo. Temos uma regulamentação e uma lei que estabelece as condições para o visa waiver, o programa de isenção.

Quais países já o têm? A maioria dos europeus, não todos. A Argentina tinha e perdeu. O caso é que nosso Congresso é cético quanto ao programa de isenção, seja com que país for, porque implica em baixar a guarda quanto à movimentação de pessoas. Não é só questão de imigração, mas de segurança, de se ter certeza de quem é que está entrando no país. A lei requer um forte sistema de checagem de nomes.

Nos EUA é preciso ter certeza se uma pessoa pode representar algum perigo. Isso foi negociado por muitos anos com a União Europeia, por exemplo. Mas há um dado geral: temos uma média de recusa de vistos em torno dos 3%.

Qual a média do Brasil? Há outros com média alta? Como o Oriente Médio? A média do Brasil é bastante baixa. Quanto à de outros países, isso muda conforme o período do ano. No Oriente Médio não é tanto, porque só um certo setor da população é que pede. Aqui, estamos trabalhando isso de forma séria. É importante o lado brasileiro entender os requisitos do Congresso. Veja, são uns 3.500 vistos emitidos por dia. No Brasil, hoje, é menos de uma semana para agendar, outros dois ou três dias para finalizar. No máximo dez dias. Já foi bem pior que isso.

A vida como ela é

Trezentos processos julgados pelo **Carf**, envolvendo cerca de R\$ 30 bilhões, foram enviados para cobrança administrativa nos dois últimos meses. Oitenta deles, avaliados em R\$ 5 bilhões, estão na bica para serem cobrados. Os R\$ 25 bilhões restantes entram na "dívida ativa". Em outras palavras, vão para a Justiça.

Mas nem todos serão passíveis de ações judiciais. Do total, 91 processos, que somam R\$ 13,7 bilhões, já foram parcelados em acordo com Refis. Portanto, sobre este montante não há nada que o Ministério da Fazenda possa fazer.

É o jeito Refis de ser.

Wie geht's dir?

O público brasileiro finalmente conhecerá o misterioso irmão alemão de Chico Buarque. Imagens inéditas de Sergio Günther - que foi cantor e apresentador de tevê na antiga Alemanha Oriental - estão em Chico - Artista Brasileiro, de Miguel Faria Jr.

A busca pelo irmão que nunca chegou a conhecer virou tema do último romance do compositor e escritor, que ainda não confirmou se estará presente na estreia.

O documentário abre o Festival do Rio dia 1.º de outubro.

Ausência real

A diretoria da Grande Rio visitou Pelé esta semana e o convidou para desfilar na Sapucaí, visto que o tema da escola será a cidade de Santos.

Infelizmente, o carro escalado para homenagear o rei terá que desfilar sem ele. Pelé agradeceu a lembrança mas disse que este é o período que dedica à família.

Peatonal

Várias organizações e o movimento Paulista Aberta convocam para audiência pública, hoje, no vão livre do Masp.

Vão discutir a abertura da Paulista para pedestres aos domingos. "Precisamos mostrar que essa é uma demanda da própria sociedade civil", explica Guilherme Coelho, articulador da mobilização.

Peatonal 2

Mais audiências em outras subprefeituras, para se debater a abertura de ruas para lazer, vão acontecer também ao longo do fim de semana.

Sob risco

Moradores do sofisticado condomínio Terras de São José, de Itu, estão assustados. No último mês, foram três assaltos a casas diferentes.

Na Frente

Jorge Caldeira é o entrevistado de segunda-feira do Roda Viva da TV Cultura. Falará sobre seu livro Júlio Mesquita e seu Tempo.

Rubens Ermirio de Moraes, da Beneficência Portuguesa, recebeu a Comenda da Ordem de Mérito Infante D. Henrique, entregue pelo secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário de Almeida.

Convidado do Manhattan Connection, Rogério Fasano participa da bancada direto de NY. Amanhã, na Globonews.

Estreia hoje a peça O Reizinho Mandão. No Teatro Augusta, na Consolação.

Rodrigo Ohtake lança seu Balanço BC, hoje, no Museu da Casa Brasileira.

Dani Arrais pilota, hoje no Mirante Nove de Julho, o evento The Endless Dummer.

Fernando Zarif abre a mostra Antes de começar, termino, na Galeria Luciana Brito. Hoje.

Marina Bueno Cardoso autografa livro. Segunda-feira, no Bar Balcão.

Pedro Estevam Alves Serrano lança seu livro A Justiça na Sociedade do Espetáculo. Segunda-feira, na Livraria da Vila da Lorena.

O jornalista americano Gary Neeleman recebe o título de Cidadão Paulistano. Segunda, na Câmara.

No livro O Poeta e a Foca, Nanete Neves revela como foi a primeira a conseguir entrevistar Carlos Drummond de Andrade. Lançamento dia 26, na Casa Tombada

---

Correio Braziliense

## **Arrecadação cai 9,32% e ameaça meta fiscal**

Correio Braziliense - 19/09/2015

***Recessão derruba recolhimento de impostos, que tem, em agosto, o pior resultado desde 2010. Para analistas, piora nas contas públicas levará o país a apresentar déficit pelo segundo ano seguido e coloca o Brasil na iminência de sofrer segundo rebaixamento***

ROSANA HESSEL

Com a atividade econômica em ritmo cada vez mais lento, o governo apresentou ontem mais um resultado decepcionante. Em agosto, a arrecadação de impostos sofreu um tombo de 9,32% em termos reais, ou seja, descontada a inflação, na comparação com agosto de 2014. Foi o pior resultado para o mês desde 2010, segundo a Receita Federal. O total arrecadado, de R\$ 93,7 bilhões, também frustrou o mercado, que aumentou as apostas de que as contas públicas terminarão 2015 no vermelho pelo segundo ano consecutivo. Em 2014, o rombo foi de R\$ 32,5 bilhões.

"Devido ao aprofundamento da recessão, a queda na arrecadação tributária já era esperada, mas o resultado foi muito pior que o previsto. Isso não deixa dúvidas de que o governo não cumprirá a meta fiscal deste ano", avisou o economista Fabio Klein, da consultoria Tendências. De janeiro a agosto, o recolhimento de tributos federais somou R\$ 805,8 bilhões, uma queda real de 3,68%. Com base nesses números, Klein acredita que as contas públicas terminarão 2015 com um rombo de 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB), o equivalente a R\$ 17 bilhões.

Em julho, diante da piora da situação fiscal, o governo reduziu a meta de superavit primário (economia para o pagamento de juros) de 1,1% do PIB, para apenas 0,15%, ou R\$ 8,7 bilhões. "Mas eles não conseguirão cumprir nem esse objetivo", disse Klein. Na avaliação dele, a piora na arrecadação acende o alerta para um novo rebaixamento da nota de crédito do país. Ontem, o mercado ficou agitado, com rumores de que a Moody's, que ainda mantém o grau de investimentos para os títulos brasileiros, já estaria pronta para anunciar o corte.

Cenário crítico

No último dia 9, a Standard & Poor's retirou o selo de bom pagador do Brasil e de várias empresas nacionais, incluindo a Petrobras e grandes bancos. "Um segundo downgrade obrigará muitos gestores de fundos internacionais a retirar recursos do país, e isso será péssimo para a economia", alertou o economista. Klein não acredita que o pacote de corte de gastos e aumento de tributos anunciados no início da semana terá sucesso. Por isso, prevê novo déficit fiscal para 2016, de R\$ 6 bilhões, ou 0,10% do PIB. "As medidas não são suficientes e o Congresso não aprovará a volta da CPMF", apostou. Para ele, em vez de elevar a carga tributária e comprometer ainda mais a recuperação da economia, o governo deveria começar a vender ativos, como participações acionárias.

O professor da Administração Pública da Universidade de Brasília (UnB), José Matias-Pereira, não demonstrou surpresa com o resultado ruim da arrecadação - e acredita que o pior ainda está por vir. "O cenário mostra que a queda de receita vai se acentuar, colocando o governo em uma posição ainda mais crítica, na qual, a exemplo de alguns estados, terá problemas para honrar compromissos até com o funcionalismo", alertou.

#### Trajetória negativa

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, evitou fazer projeções para este ano, mas sinalizou que o governo deverá revisar, na próxima semana, as estimativas de receita no relatório bimestral, que é elaborado pelos ministérios do Planejamento e da Fazenda. "Todos os indicadores macroeconômicos apresentam o mesmo comportamento, convergindo para uma trajetória negativa", admitiu. Segundo ele, a retração da atividade econômica teve impacto, principalmente, na arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas, que encolheram 35,45% no ano.

Para Matias-Pereira, da UnB, diante dos juros exorbitantes do mercado, muitas companhias estão deixando de pagar impostos para se capitalizarem. "Elas estão formando caixa e até aplicando em títulos públicos. Mais uma vez, contam com a abertura de mais um Refis, como ocorre todo ano. Infelizmente, somos um país de maus pagadores de impostos", disse.

No entender do presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), Kleber Cabral, a retração da economia é o principal fator para a queda na arrecadação, mas não o único. "A greve dos auditores também tem contribuído para esse resultado porque as autuações caíram 82% em agosto", disse ele. Cabral lembrou ainda que a interrupção por quase cinco meses da Operação Zelotes, da Polícia Federal, que investiga corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), ajudou a "engrossar a crise fiscal", pois parte dos empresários opta por postergar o pagamento de impostos.

O sindicalista destacou ainda que as delegacias de julgamento também estão paradas, reduzindo as autuações da fiscalização, o que representa R\$ 10 bilhões em autos de infração impugnados que deixaram de ser julgados no Carf.

#### Vazamento

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, classificou como "lamentável" o vazamento dos dados do Fisco antes do anúncio oficial, que estava marcado para as 11h, mas só ocorreu às 16h, devido à falta de energia que derrubou os servidores do órgão.

"Vamos investigar e identificar os responsáveis", avisou. A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco) antecipou os números no início da tarde.

**20/09/2015**

Consultor Jurídico

**Tribunais devem afastar tributação de subvenções para investimentos**

20/09/2015

Já faz quase 40 anos que a não tributação pelo imposto de renda da pessoa jurídica das subvenções para investimento foi instituída por meio de decreto. No entanto, esse tema sempre volta à discussão, seja em virtude de alterações legislativas, jurisprudenciais ou infralegais, como ocorre atualmente.

O Decreto 1.598/77 determinou que as subvenções para investimento concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos não seriam tributáveis, desde que registradas como reserva de capital, que somente poderia ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social.

Com as alterações das normas contábeis brasileiras, a legislação tributária sobre o tema foi alterada (Leis 11.941/2009 e 12.973/2014) e esses recursos passaram a ser reconhecidos em conta de resultado e mantidos em conta de reserva de lucros. O tratamento fiscal, no entanto, permaneceu essencialmente o mesmo: as subvenções para investimento concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos não devem ser computadas para fins de apuração do lucro real.

Nesse contexto, desde 1977, a principal discussão consiste na caracterização das subvenções para investimento em contraposição às subvenções para custeio, que são normalmente tributadas pelo imposto de renda.

A posição das autoridades fiscais está consignada no Parecer Normativo CST 112/78, segundo o qual a caracterização das subvenções para investimento dependeria da efetiva e específica aplicação da subvenção, pelo beneficiário, nos investimentos previstos na implantação ou expansão do empreendimento econômico projetado. Até hoje esse entendimento é aplicado, sob alegação de que a existência dos recursos e a intenção de estimular empreendimentos econômicos não é suficiente, sendo necessária a comprovação de aplicação direta e específica das subvenções nos projetos aprovados pelo ente subvencionador.

Nesse cenário, coube ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais definir os critérios para tipificar esse tipo de operação. Depois de muita discussão, as decisões da Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), do **Carf** (Acórdão 9101-00.566 de 2010, 9101-001.094, 9101-01.239 e 9101-001.798 de 2011 e o mais recente Acórdão 9101-002.085 de 2015) parecem ter estabelecido um critério para identificação das subvenções para investimento.

De acordo com essas decisões, a caracterização da subvenção para investimento depende tanto da intenção do Poder Público em estimular o desenvolvimento regional, quanto da comprovação da efetiva realização dos investimentos acordados pelo contribuinte. Essa comprovação, segundo a CSRF, deve ocorrer por meio dos atos concessivos das subvenções, dos projetos aprovados pelo ente subvencionador, da demonstração dos investimentos realizados e da existência de procedimentos para acompanhamento dos investimentos.

Não obstante, na opinião da CSRF, não seria necessária uma vinculação direta e específica entre a subvenção recebida e o investimento realizado, como se vê no trecho da ementa do Acórdão 9101-001.094: Na hipótese de implantação de empreendimento, há um descasamento entre o momento da aplicação do recurso e o gozo do benefício a título de subvenção para investimento, razão pela qual, natural que o beneficiário da subvenção para investimento, em um primeiro momento, aplique recursos próprios na implantação do empreendimento, para depois, quando a empresa iniciar suas operações e, conseqüentemente, começar a pagar o ICMS, comece também a recompor seu caixa do capital próprio anteriormente imobilizado em ativo fixo e outros gastos de implantação.

Conclui-se que a subvenção para investimento é caracterizada pela intenção do ente subvencionador em incentivar o desenvolvimento regional e pela efetiva realização pelo contribuinte dos investimentos acordados, sendo irrelevante, pela própria dinâmica empresarial, a aplicação direta dos recursos da subvenção nos empreendimentos.

No último dia 1º de abril, no entanto, foi publicada a Instrução Normativa 1.556, determinando que não poderá ser excluída da apuração do lucro real a subvenção recebida do Poder Público, em função de benefício fiscal, quando os recursos puderem ser livremente movimentados pelo beneficiário, isto é, quando não houver obrigatoriedade de aplicação da totalidade dos recursos na aquisição de bens ou direitos necessários à implantação ou expansão de empreendimento econômico, inexistindo sincronia e vinculação entre a percepção da vantagem e a aplicação dos recursos.

Vê-se que a Receita Federal pretende obrigar a vinculação direta das subvenções aos investimentos, vedando expressamente a liberdade do beneficiário de movimentação dos recursos da subvenção, mesmo que atendido o escopo do investimento.

Essa tentativa, no entanto, parece ilegal, pois cria obrigação não prevista na lei tributária por meio de ato

infralegal e, mais, parece contraditória com a intenção do legislador ao desonerar as subvenções para investimento, uma vez que restringe a atividade empresarial e praticamente elimina a possibilidade de concessão de subvenção para investimento para a implantação de novos empreendimentos.

Nesse contexto, espera-se que os nossos Tribunais afastem a aplicação dessa Instrução Normativa, garantindo a não tributação das subvenções para investimento concedidas como estímulo do crescimento econômico e social, desde que haja comprovação do atendimento pelo contribuinte dos níveis de investimento acordados com o ente subvencionador.

---

Correio do Povo - RS

## **Denúncias da Zelotes saem no fim do mês**

20/09/2015

Taline Oppitz

As primeiras denúncias da Operação Zelotes, que investiga esquema de propinas e tráfico de influência no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), ocorrerão no fim do mês. Inicialmente, a manifestação do procurador do Ministério Público Federal, Frederico Paiva, era esperada para a primeira quinzena.

O adiamento se deve à greve da Receita Federal, que atrasou o repasse de alguns relatórios.